



VIII ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 5, 6 e 7 de dezembro de 2023

IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO

Cristiele Santana dos Santos¹, Amanda de Alencar Pereira Gomes², Juliana Costa
Machado³, Aline Vieira Simões⁴

Introdução

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é uma forma de violência que ocorre dentro de uma relação íntima, envolvendo agressões físicas, sexuais ou psicológicas por parte do parceiro atual ou anterior. Essa violência pode afetar pessoas de todas as idades, raças e classes sociais, e pode ter efeitos duradouros e devastadores na saúde física e mental das pessoas em situação de violência. As pessoas que vivenciam a VPI podem apresentar uma série de sintomas físicos e emocionais, como dor crônica, problemas ginecológicos, transtornos de ansiedade e depressão. Além disso, podem se sentir isoladas, envergonhadas e com medo de falar sobre sua situação (OMS, 2012).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS) e é responsável por fornecer cuidados básicos e integrais aos usuários. No contexto da VPI tem um papel fundamental na prevenção, identificação e promoção de cuidados para quem a vivenciou (Brasil, 2016).

A territorialidade da APS permite que a equipe de saúde conheça a comunidade e possa identificar sinais de violência, como lesões físicas, sintomas de depressão ou ansiedade, entre outros. A integralidade e continuidade da atenção à saúde na APS significa que as pessoas que vivenciaram violência necessitam receber cuidados para todas as suas necessidades, incluindo cuidados médicos, psicológicos e sociais. A articulação da rede de serviços de saúde permite que a equipe de saúde da APS trabalhe em conjunto com outros serviços, como os de assistência social e de segurança pública, para fornecer o melhor atendimento possível aos indivíduos que vivenciam a violência (Duarte; Junqueira; Giuliani, 2019).

Infelizmente, é comum que profissionais de saúde não percebam ou não documentem a ocorrência de episódios violentos, como a VPI. Isso pode ocorrer devido a vários fatores, como falta de treinamento adequado, falta de sensibilidade para detectar sinais de violência, medo de interferir na vida pessoal ou falta de compreensão sobre o papel da equipe de saúde na prevenção e combate à VPI (Pinto *et al.*, 2022).

Para que a detecção e documentação da violência doméstica seja efetiva, é importante que os profissionais de saúde recebam treinamento adequado sobre como identificar os sinais de violência doméstica, como estabelecer uma relação de confiança com a vítima, como documentar ocorrências e como notificar as autoridades competentes.

Objetivo

Analisar a relevância dos serviços de Atenção Primária à Saúde na detecção e intervenção em casos de violência íntima.

Métodos

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Google Acadêmico, utilizando como Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Atenção primária à saúde; Violência por parceiro íntimo; Intervenção; Identificação, interconectados pelo operador booleano *AND*.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos em português, inglês e espanhol; com assunto principal: Violência Por Parceiro Íntimo e Atenção Primária à Saúde. Foram excluídos artigos duplicados e estudos que não atendessem ao objetivo desta revisão.

Foram encontrados 17 estudos, e após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados sete artigos para análise.

Resultados e Discussão

A literatura científica mostra que a VPI é um problema complexo e multifacetado no Brasil, que envolve diversos fatores, tais como a falta de notificação, a impunidade dos agressores, a falta de políticas públicas adequadas, o machismo e a desigualdade de gênero, entre outros. Além disso, há falhas no sistema de segurança pública, como a falta de capacitação dos policiais para lidar com casos de violência e a falta de estrutura para atender as pessoas em situação de violência, o que dificulta o acesso à justiça e à proteção destas. Todos esses fatores contribuem para a perpetuação e para a subnotificação dos casos, o que torna ainda mais difícil a implementação de políticas e ações efetivas para prevenir e combater a violência de gênero no país (Pinto *et al.*, 2022).

Destarte, a comunicação efetiva entre pessoa em situação de violência e o profissional de saúde é essencial para acolhimento e compreensão, além de favorecer a identificação dos casos de VPI. O diálogo também permite que a pessoa possa expressar seus medos, dúvidas e preocupações, além de ajudar o profissional a entender melhor a complexidade do problema e a encaminhar para os serviços e recursos adequados. Dentre estes, os Agentes Comunitários de Saúde têm papel importante na promoção da saúde e prevenção da violência em suas comunidades, principalmente nas visitas domiciliares (Arboit *et al.*, 2018).

Além do acolhimento, ressalta-se que é importante considerar a especificidade de cada caso ao lidar com situações de VPI. Cada pessoa pode ter uma história de vida, crenças, valores e traumas diferentes que afetam sua percepção do que é violência e como lidar com ela. Ademais, o contexto da situação também pode variar, incluindo fatores culturais, socioeconômicos e relacionais que influenciam na violência e na sua abordagem. Por isso, é essencial que os profissionais de saúde sejam sensíveis às particularidades de cada caso e ofereçam atendimento personalizado e acolhedor para as pessoas necessitadas (Silva; Padoin; Vianna, 2013).

Nesse sentido, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) constitui uma estratégia que visa à elaboração de um plano de cuidado individualizado que leve em consideração as particularidades e necessidades específicas de cada pessoa (Brasil, 2005). O desenvolvimento de planos de ação é um importante aspecto da abordagem da VPI na APS. Esses planos devem ser desenvolvidos de forma conjunta pela equipe multiprofissional, com a participação ativa da pessoa envolvida em situação de violência, e devem levar em consideração as especificidades de cada caso, incluindo a presença do agressor. O objetivo é estabelecer metas

claras e realistas para a superação da agressão, com foco no fortalecimento da autonomia e da capacidade de decisão do indivíduo (Duarte; Junqueira; Giuliani, 2019).

O planejamento das ações também deve considerar a rede de apoio disponível na comunidade, incluindo serviços de assistência social, psicológica e jurídica, que podem auxiliar a pessoa em diferentes aspectos da sua vida, como a busca por trabalho e moradia, a garantia de seus direitos e a proteção contra novos ataques. Dessa forma, a atuação da equipe de saúde na abordagem da VPI deve ser integrada e articulada com outras políticas e serviços existentes na comunidade, visando à promoção da saúde e o bem-estar das pessoas em situação de opressão (Duarte; Junqueira; Giuliani, 2019).

Os estudos têm demonstrado que há um déficit na formação de alunos de graduação em enfermagem e na área de saúde em geral no que se refere ao manejo da VPI. Isso significa que muitos profissionais de saúde não estão preparados para identificar e intervir nesses casos. É importante que as universidades e as escolas de saúde incluam em seus currículos conteúdos que preparem os estudantes para lidar com essa problemática, com uma abordagem multidisciplinar e atualizada de acordo com as políticas de saúde vigentes (Baraldi *et al.*, 2012).

Outro fator relevante apontado pelos estudos é a alta rotatividade dos profissionais. Essa é uma realidade que pode gerar a ruptura dos vínculos estabelecidos entre a equipe de saúde e os usuários. Isso pode ser especialmente prejudicial no atendimento a pessoa em situação de agressão, já que a continuidade e a consistência do atendimento são fundamentais para o sucesso do tratamento e a superação da violência. A falta de continuidade pode gerar frustração e desconfiança por parte da vítima, o que pode dificultar o seu engajamento no tratamento e prejudicar a sua recuperação (Carneiro *et al.*, 2021).

Conclusão

A VPI é uma questão que tem preocupado cada vez mais a sociedade, autoridades e profissionais, já que os índices desse agravo têm aumentado consideravelmente. No entanto, muitos profissionais da área da saúde não estão adequadamente capacitados para lidar com os casos que chegam às unidades, o que indica um problema significativo.

A falta de capacitação para lidar com casos de VPI é um problema crescente que afeta a sociedade como um todo. Esse despreparo leva à dificuldade na identificação dos casos, bem como na abordagem e tratamento adequados das pessoas em situação de violência. Como resultado, muitos casos de violência permanecem ocultos e sem solução.

Para isso, é necessário que haja uma capacitação contínua dos profissionais em atividades de educação permanente, de forma a fortalecer as ações já desenvolvidas e ampliar as estratégias de enfrentamento à VPI. Além disso, é preciso padronizar a notificação compulsória dentro das unidades para que haja estudos epidemiológicos referentes aos casos de violência e, assim, a criação de novas políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência.

Portanto, é crucial que haja constantes avaliações dos processos e do impacto das ações, para que se possa corrigir e aprimorar o desempenho dos programas e políticas de combate à VPI. A construção de uma rede firme e integrada entre as instituições de saúde e segurança pública é fundamental para o enfrentamento da violência contra os indivíduos, bem como para a prevenção desses casos no futuro.

Descritores: Atenção primária à saúde. Violência de gênero. Violência por parceiro íntimo.

Eixo temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

ARBOIT, Jaqueline; COSTA, Marta Cocco; SILVA, Ethel Bastos; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos; PRESTES, Monique. Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n.2, p. 506-517, abr./jun. 2018.

BARALDI, Ana Cyntia Paulin; ALMEIDA, Ana Maria; PERDONÁ, Gleici Castro; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Violência contra a mulher na rede de atenção básica: o que os enfermeiros sabem sobre o problema? **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 12, n. 13, p. 307-318, set. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Atendimentos para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

CARNEIRO, Jordana Brock; GOMES, Nadirlene Pereira; ALMEIDA, Lilian Conceição Guimarães; ROMANO, Cátia Maria Costa; SILVA, Andrey Ferreira; WEBLER, Natália; MAURICIO, Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Dias. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p.1-8, nov./dez.2021.

DUARTE, Bruna Aparecida Rodrigues; JUNQUEIRA, Marcelle Aparecida de Barros; GIULIANI, Carla Denari. Vítimas de Violência: atendimento dos profissionais de enfermagem em Atenção Primária. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba, v. 7, n. 3, p. 401-411, jul./set. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Natureza, magnitude e consequências da violência sexual e da violência por parceiro íntimo. *In*: **Prevenção da Violência Sexual e da Violência pelo Parceiro Íntimo Contra a Mulher: Ação e produção de evidência**. Brasília, DF: Organização Mundial da Saúde, p.11-17, 2012.

PINTO, Pedro Henrique Bacelar Martins Pereira; SILVA, Jean Rodrigo Neves Farias Portela; MAGALHÃES, Lucas Zanforlin; GUIMARÃES, Murilo Ian do Vale; FREITAS, Vanessa de Oliveira; MOCBEL, Yan Matheus Arnaud; RAMOS, Thiago José Maués; MORAES, Naiane Palheta; DIAS, Petrus Calixtro Guilhermino Pereira de Sousa; SANTOS, Gabriel Franco de Carvalho. Cuidados e acolhimento na atenção primária à saúde de mulheres vítimas de violência: uma visão da epidemiologia e da literatura. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 11, n. 8, p. 1-13, jun. 2022.

SILVA, Ethel Bastos da; PADOIN, Stella Maris de Mello; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Violência contra a mulher: limites e potencialidades da prática assistencial. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 26, n.6, p. 608-613, nov./dez. 2013.

SOUZA, Angela Alves Correia; CINTRA, Raquel Barbosa. Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. **Revista Bioética**, Brasília, v. 26, n.1, p.77-86, jan./mar. 2018.